

# Marcílio defende taxa sobre poupança

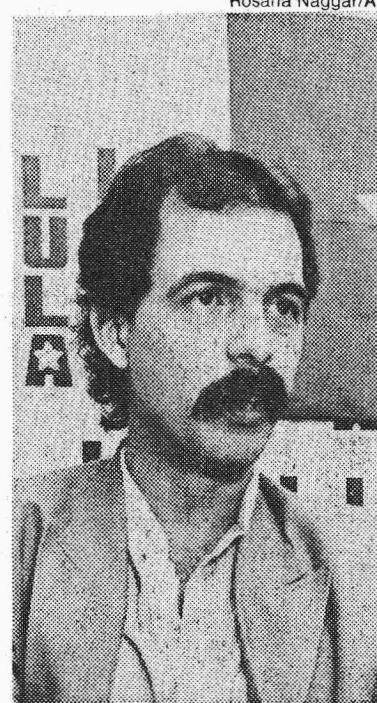
RIO — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, defendeu ontem a cobrança da Contribuição sobre Transações Financeiras (CTF) também sobre depósitos e retiradas de cadernetas de poupança. A CTF está incluída na proposta de reforma fiscal enviada pelo governo na semana passada ao Congresso. O ministro disse que a CTF de 0,3% "é inferior à perda diária de 0,88% do dinheiro parado ou no bolso".

Ontem, o ministro comentou em entrevista alguns dos principais fatos da semana. Disse acreditar, apesar da polêmica no Congresso sobre a reforma, que ela será aprovada até o fim do ano, "porque é uma das poucas unanimidades entre políticos, empresários e a sociedade". Sem ela, "o crescimento será mediocre no próximo ano e queda das taxas de inflação e juros não corresponderá às expectativas." Considerou a redução esperada para agosto na taxa de juros, "de 1% a 2%, pequena em relação ao desejado pelos empresários".

O ministro repetiu o que dissera sobre a liberação de recursos da União para os governadores das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste como tentativa de obtenção de apoio político a projetos do governo ou enfraquecimento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre ação do empresário Paulo César Farias: "Tudo já estava milimetricamente previsto" e "até o Ciro Gomes (governador do Ceará pelo PSD) recebeu". A arrecadação do Tesouro neste mês deve ser inferior à de ju-



Edu Garcia/AE



Rosana Naggar/AE

**Ministro Marcílio**  
*Crescimento mediocre se não houver reforma*

nho, superavitária em Crs 1,2 trilhão, previu Marcílio, atribuindo a queda ao "não recolhimento do Finsocial, amarrado a decisões judiciais".

Sobre seus encontros com empresários disse ter "muito interesse neles para coletar opiniões sobre a reforma fiscal e a condução da economia". Sexta-feira, o ministro jantou no Rio com um grupo de empresários e economistas, entre eles André de Button (Grupo Mesbla) e Bóris

**Deputado Mercadante**  
*Projeto mascara uma revisão constitucional*

Tabakof (Bahia Sul Celulose), Daniel Dantas, Paulo Guedes e Antônio Barros de Castro.

**Problemas** — Apesar do otimismo manifestado pelo ministro da Economia, o governo terá de enfrentar reação dos partidos de oposição. Em Brasília, o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP) disse que o partido não aceita o procedimento do governo, que tenta apressar a sua votação apresentando o projeto, sob a forma de "subsí-

dios informais", ao relator da Comissão Especial do "emendão" constitucional do ano passado, deputado Benito Gama (PFL-BA). Para ele, o projeto do governo com 37 emendas à Constituição é "uma antecipação casuística da revisão constitucional marcada para o ano que vem."

Mercadante disse achar possível isolar do projeto os pontos que facilitem o combate à sonegação e representem ganho imediato para o governo, para aprová-los agora, deixando para mais tarde questões como a reforma da Previdência e a nova repartição de receitas entre a União, Estados e municípios.

O PT pediu à presidência da Câmara que considere o projeto do governo matéria nova, com o que terá de se submeter à rotina completa de apreciação e votação. Se isso acontecer, dificilmente a reforma fiscal será votada ainda neste ano, admitem assessores parlamentares do governo e da oposição. No PMDB comenta-se que o pedido do PT pode ser aceito pela presidência da Câmara para derrubar a estratégia do governo. Representantes de outros partidos concordam com a tese do PT, considerando estranha a forma encontrada pelo governo para queimar etapas.

"Tenho dúvidas quanto à legalidade e à adequação desse procedimento ao regimento do Congresso", disse o senador Maurício Correia, líder do PDT. E o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) acha que a complexidade do projeto do governo justifica que seja considerado matéria nova.